



PROJETO DE LEI Nº _____, DE 2022
(Do Sr. Fernando Rodolfo – PL/PE)

Acresce os inciso V, VI e VII ao art. 302 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para incluir novas modalidades de flagrante delito.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 302 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 302.....
.....

V - pratica crime contra a vida ou de lesão corporal, tentado ou consumado, ainda que na modalidade culposa, enquanto perdurar o período de convalescência da vítima ou, em caso de morte, até 5 (cinco) dias após o seu falecimento;

VI - é identificado de forma inconteste, a qualquer tempo, por equipamentos de captação de imagens públicos ou privados;

VII – apresenta-se espontaneamente a autoridade policial, judicial ou ao Ministério Público, assumindo a autoria do delito.” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.



JUSTIFICATIVA

Na noite de 25 de junho de 2022, uma câmera de segurança registrou um acidente automobilístico em que um condutor invadiu a contramão em uma ultrapassagem indevida e matou o vigilante do Hospital Regional Dom Moura, Pedro Tiago dos Santos Godoi, de 43 anos, no município de Garanhuns, no Agreste de Pernambuco.

A imagem mostra um carro na contramão batendo de frente na moto da vítima e a arremessando para o alto. O criminoso desembarca do veículo serenamente, sem qualquer sinal de manifestação emotiva, mexe no corpo e, percebendo a situação crítica da vítima, ao invés de tentar reanima-la, volta ao seu carro para retirar objetos possivelmente incriminatórios.

Chama atenção nesse caso que a polícia demorou para chegar ao local do crime e não prendeu o criminoso, sob alegação de que a flagrância, pelo decurso de tempo, já estava desconstituída. Ou seja, mesmo estando a dinâmica dos fatos registrada nas câmeras de segurança da via pública, com a constatação clara da ultrapassagem indevida e a irrevogável autoria do crime, o infrator foi dormir serenamente em sua casa, enquanto a família da vítima chorava sobre seu caixão.

Trata-se, assim, de atecnia evidente de nossa legislação, que sempre se vale de subterfúgios para proteger ao máximo infratores da lei.

Nesse contexto, é fundamental sejam dilatadas as hipóteses de prisão em flagrante, especialmente quando são incontestes as evidências da autoria do delito. Exsurge, por conseguinte, a presente proposição legislativa, que passa a prever três novas modalidades de prisão em flagrante, com o propósito de garantir a prisão imediata de pessoas sabidamente culpadas.

Sendo assim, na busca da realização da Justiça e em face da extrema relevância da medida aqui proposta, conta-se com o pleno apoio dos Senhores Parlamentares para a rápida aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em 30 de junho de 2022, na 56ª legislatura.

FERNANDO RODOLFO
DEPUTADO FEDERAL



PL/PE

Apresentação: 30/06/2022 14:06 - Mesa

PL n.1835/2022



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Fernando Rodolfo
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD228462120200>

